

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 19/2012**

Período: 09/06/2012 – 15/06/2012

**GEDES – Brasil**

- 1- Livro sobre Guerriha do Araguaia escrito a partir de documentos pessoais do Major Curió apresenta contradições com registros militares
- 2- Missão no Haiti já custou R\$1,97 bilhão aos cofres públicos brasileiros
- 3- Presidente da República afirma necessidade de investimentos nas Forças Armadas e indica aumento do salário dos militares
- 4- Ministério da Defesa modifica classificação de documentos militares
- 5- Comissão da Verdade reuniu-se com familiares de mortos e desaparecidos do regime militar
- 6- TRE solicita participação do Exército para garantir segurança em campanhas políticas
- 7- Placa a ser instalada na Aman homenageia cadete que teria sido torturado durante treinamento
- 8- Documentos da Guerrilha do Araguaia foram destruídos
- 9- Câmara dos Deputados aprova crédito extraordinário para a reconstrução da Estação Antártida Comandante Ferraz
- 10- Pela primeira vez a esquadrilha de caça de alta performance será liderada por uma mulher

1- Livro sobre Guerrilha do Araguaia escrito a partir de documentos pessoais do Major Curió apresenta contradições com registros militares

Conforme publicado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, após dez anos de pesquisas e consultas aos arquivos pessoais do tenente-coronel reformado e um dos principais militares atuantes na Guerrilha do Araguaia (1972-1975), Sebastião Rodrigues de Moura, também conhecido como Major Curió, o jornalista e repórter especial da coluna *Agência Estado*, Leonencio Nossa, lançou no dia 12/06/12 seu livro “Mata! - O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia”. O jornalista conta que o Major conservou seus registros da época, os quais incluíam mapas, fotos e anotações, pois pretendia escrever um livro, que seria intitulado “A Selva do Araguaia”. De acordo com o *Estado*, a importância do livro recém-lançado é corrigir os relatórios falsos divulgados pelo regime militar (1964-1985) sobre circunstâncias das mortes que ocorreram na região do Araguaia, na divisa dos estados do Pará e Tocantins. Os fugitivos que foram executados, por exemplo, seriam 41 e não 25, como afirmam os militares. Além disso, os escritos pessoais de Curió apontam contradições nos relatos sobre a morte de guerrilheiros como Paulo Roberto Marques e Dinalva Oliveira Teixeira. A segunda parte do livro associa a participação do tenente-coronel como comandante da região garimpeira de Serra Pelada, no estado do Pará. Nas palavras do Major ao jornalista: “em Serra Pelada eram dois os objetivos: extrair o ouro para encher o cofre do Banco Central e continuar o trabalho político. [...] Araguaia foi uma guerra, nunca esqueça”. E ainda defendeu a “determinação e pulso forte na erradicação da guerrilha” durante o regime. Em entrevista para o *Estado*, o historiador e professor titular do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp),

Pedro Paulo Funari, afirmou que embora a luta armada no campo fracassasse durante o período do Araguaia, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido político de oposição ao regime militar, conquistou o eleitorado. Para Funari, “a derrota da luta armada sinalizou que o diálogo político era a única saída. A ele o regime militar não conseguiu sobreviver”. O historiador explicou que o entendimento da Guerrilha do Araguaia deve ser inserido no contexto da Guerra Fria, quando, no mundo bipolarizado, movimentos guerrilheiros ascenderam em diversos países, como Cuba e Argélia. Isso levou, na avaliação de Funari, os radicais do Partido Comunista do Brasil (PC do B) a terem esperanças na prática da guerrilha também no Brasil. De acordo com o historiador, a crise do Petróleo de 1973 foi crucial para a quebra dos pilares militares, juntamente com o crescimento do MDB e o apoio da Igreja Católica aos movimentos democráticos em 1974. Funari apontou que apesar do episódio do Araguaia ter sido pequeno, seu “saldo político” foi importante. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/06/12)

## 2- Missão no Haiti já custou R\$1,97 bilhão aos cofres públicos brasileiros

Segundo noticiado no jornal *Folha de S. Paulo*, a participação do Brasil como responsável pelo comando militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah, na sigla em francês), iniciada em junho de 2004 como uma medida emergencial, que deveria ter a duração de seis meses e consumir R\$ 150 milhões, está prestes a completar oito anos e já consumiu R\$ 1,97 bilhão. O valor é seis vezes maior do que foi gasto pelo governo brasileiro com a Força Nacional de Segurança, principal investimento em segurança interna do governo. De acordo com o jornal, grande parte do valor despendido com a participação na Minustah representa investimentos em melhorias técnicas e armamentos para as Forças Armadas, tal como aquisição de veículos (R\$ 162,3 milhões), explosivos e munições (R\$ 24,3 milhões), armamentos (R\$ 22 milhões) e embarcações e equipamentos para navios (R\$ 18,1 milhões), investimentos reconhecidos pelo Ministério da Defesa como essenciais e que trarão benefícios ao Brasil, tanto pela modernização das Forças, quanto pelo fomento à indústria nacional de defesa. O Ministério da Defesa afirmou que ainda não dispõe das contas dos benefícios a serem pagos aos 16 mil soldados brasileiros que já passaram pelo Haiti, o que aumentaria ainda mais o montante. Segundo a *Folha*, até o dia 11/06/12, uma parte dos gastos, no valor de R\$ 514 milhões, foi reembolsada pela Organização das Nações Unidas (ONU), responsável pela missão, o que representa 26% do valor total. O jornal ainda avaliou que o assunto da retirada das tropas brasileiras do Haiti não é muito discutido no Congresso Nacional, a exemplo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, que dedicou quatro reuniões em 2012 para tratar da imigração de haitianos para o Brasil, mas nenhuma para discutir a missão militar. Em coluna opinativa para a *Folha* no dia 11/06/12, a jornalista Eliane Cantanhêde apontou que na época do lançamento da missão, o Brasil foi escolhido para chefia-la militarmente, ficando a cargo das Forças Armadas a pacificação e contenção de conflitos internos, enquanto outros países, como França e Estados Unidos da América ficariam responsáveis por garantir a reconstrução política, econômica e social do Haiti. Segundo Cantanhêde, o governo brasileiro queixa-se que, embora tenha cumprido sua parte, não houve o mesmo comprometimento por parte

destes outros países em cumprir suas incumbências, de modo que a situação econômica e social continua precária no Haiti, não havendo, dessa maneira, previsão para a retirada total das tropas. O editorial publicado pela *Folha* no dia 13/06/12 exaltou que o contingente atual de militares brasileiros supera 1900 homens, que a missão brasileira obteve sucesso por reduzir a violência nas favelas de Porto Príncipe, além da “atuação louvável” ao auxiliar nos reparos causados pelo terremoto no Haiti em 2010. Outro ponto destacado foi que a participação dos militares brasileiros no Haiti foi útil para agregar experiência na pacificação de conflitos em áreas urbanas e ofereceu a oportunidade para o governo brasileiro aplicar o aprendizado e “responder às demandas relativas ao aumento de suas ambições no cenário mundial”, pleiteando, principalmente durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. (Folha de S. Paulo – Mundo – 11/06/12; Folha de S. Paulo – Mundo – 12/06/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 13/06/12)

### 3- Presidente da República afirma necessidade de investimentos nas Forças Armadas e indica aumento do salário dos militares

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, durante cerimônia ocorrida no dia 11/06/12 na capital federal para a comemoração do 147º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo (1865), a presidente da República Dilma Rousseff afirmou, em mensagem, a necessidade de investimento em equipamentos das Forças Armadas brasileiras, em especial na Marinha: “Sabemos que nosso papel na preservação da paz depende da capacidade dissuasória do Brasil. A atuação de nossas Forças Armadas nesse processo, seja por meio de missões sob a égide da ONU (Organização das Nações Unidas) e da OEA (Organização dos Estados Americanos), seja na defesa de nossas fronteiras e de nossa soberania, requer equipamentos de qualidade, prontos a serem utilizados, e pessoal adequadamente preparado e motivado.” A cerimônia lembrou a batalha de 11 de junho de 1865, que garantiu a vitória da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, Rousseff encomendou à equipe econômica do governo um reajuste do salário dos militares, a partir de 2013, como gesto de reconhecimento após a instalação da Comissão da Verdade. (*Correio Braziliense* – Política – 12/06/12; *Folha de S. Paulo* – Poder – 13/06/12)

### 4- Ministério da Defesa modifica classificação de documentos militares

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa buscou “brechas legais” para dificultar o acesso a documentos militares, o que, por consequência, poderá prorrogar em até 15 anos o prazo para que sejam disponibilizados para consulta pública. A Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no dia 16/05/12, criou regras particularizadas para que os cidadãos tenham acesso a dados públicos. Porém, pouco antes de sua instauração, o Ministério usou um antigo decreto sobre o acesso à informações e elevou o grau de sigilo de variados documentos “confidenciais”. A partir da nova lei, esses papéis teriam que ser reclassificados, já que não existe mais a classificação de documentos “confidenciais”, e sim apenas “reservados”, com cinco anos de sigilo; “secretos”, com quinze anos; e “ultrasseguros”, com vinte

e cinco anos. Ao invés de tornar esses documentos "reservados" ou até mesmo liberá-los, o Ministério classificou-os como "secretos", aumentando o prazo de sigilo. Em nota, o Ministério da Defesa afirmou que "caso a forma de execução das orientações dadas tenham sido objeto de mal-entendido [...], correções serão realizadas", dessa forma, as correções seriam no sentido de impedir a ampliação do tempo em que os documentos permaneceriam em sigilo. O Ministério ainda afirmou que as ordens dadas pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, focaram em "manter ou reduzir" o tempo de sigilo, e que um levantamento para a identificação dos papéis que podem ser liberados está em andamento. A *Folha* identificou a "manobra" após solicitação de acesso, utilizando-se da nova lei, aos registros de venda de "material bélico" do Brasil para o exterior, entre 1990 e 2012, para verificar se governos autoritários ou grupos paramilitares estão utilizando o material para cometer crimes contra os direitos humanos. Algumas organizações não-governamentais alegam suspeitas, por exemplo, sobre a fabricação e venda de bombas de fragmentação, conhecidas como "cluster", por parte do Brasil. Tais artefatos foram banidos em diversos países. Questionado pelo jornal, o Ministério da Defesa afirmou que não ocorrerá a divulgação de dados sobre comércio de armamentos para o exterior para "não comprometer interesses estratégicos, institucionais e comerciais do Brasil", e que o controle das exportações é realizado em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, buscando uma análise criteriosa da "Finalidade do Emprego", para assim impedir o uso abusivo dos materiais bélicos. A *Folha* ainda apurou que, de acordo com um oficial, a maioria dos documentos "confidenciais" passou à classificação de "segredo", sendo o restante liberado ao público. O jornal asseverou que, segundo a assessoria da Presidência da República havia declarado em 16/05/12, os órgãos públicos não poderiam classificar um documento como "segredo" ou "ultrassegredo", caso não estivessem anteriormente classificados desta forma. Segundo publicação do jornal *Correio Braziliense*, o Ministério da Defesa negou que a reclassificação dos documentos sigilosos tenha objetivado burlar a Lei de Acesso à Informação. (*Correio Braziliense* – Brasília-DF – 13/06/12; *Folha de S. Paulo* – Poder – 12/06/12; *Folha de S. Paulo* – Poder – 13/06/12)

#### 5- Comissão da Verdade reuniu-se com familiares de mortos e desaparecidos do regime militar

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, os integrantes da Comissão da Verdade reuniram-se no dia 11/06/12, na cidade de São Paulo, com cerca de 50 familiares de mortos e desaparecidos políticos do regime militar (1964-1985), com o intuito de apresentar detalhes sobre os trabalhos do colegiado. O advogado José Carlos Dias, membro da comissão, relatou que o órgão "se colocou à disposição (dos familiares) para manter um grande entrosamento. Formalmente, não tomamos depoimentos, mas cada um deles foi relatando sua história de dor. Uma conversa muito importante". Logo após o encontro, Dias e os outros integrantes, como Gilson Dipp, Rosa Maria Cardoso da Cunha e Paulo Sérgio Pinheiro, reuniram-se a Comissão da Verdade Rubens Paiva, que atua na esfera da Assembleia Legislativa paulista, presidida pelo deputado estadual Adriano Diogo, o qual afirmou que "foi uma reunião de caráter institucional que oficializou o trabalho da Comissão Estadual". Diogo anunciou

que a Comissão Rubens Paiva reivindica à União que estabeleça sua sede no prédio da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, local em que funcionaram as auditorias militares durante o regime militar. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/06/12)

6- TRE solicita participação do Exército para garantir segurança em campanhas políticas

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal Regional Eleitoral do estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ) irá requisitar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a participação do Exército para reforçar a segurança durante as campanhas eleitorais de candidatos, que se iniciarão a partir do dia 06/07/12. A atuação da Força será focada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e em municípios da Baixada Fluminense, onde a presença de milícias e traficantes de drogas é intensa. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/06/12)

7- Placa a ser instalada na Aman homenageia cadete que teria sido torturado durante treinamento

Conforme publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, militares da reserva e da ativa estão incomodados com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, chefiada pela ministra Maria do Rosário, que reivindica a instalação de uma placa na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) em memória de um cadete que teria sido torturado durante treinamento, em 1990. Sobre o episódio, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos alegou que a morte foi resultado de maus-tratos e tortura, tendo como base alguns depoimentos. Segundo o *Estado*, a Secretaria de Direitos Humanos pretende realizar uma cerimônia pública na Aman, ainda em 2012, para atestar o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pela violação dos direitos à vida e à segurança da pessoa. Apesar das críticas à Secretaria, o acordo para a instalação da placa foi assinado por várias autoridades, incluindo o Comandante do Exército, general Enzo Peri. O general Marco Antônio Felício da Silva, que é autor do documento com apoio de militares da reserva contrários à criação da Comissão da Verdade, afirmou que a instalação da placa "aponta a Aman como palco de torturas e denigre o seu corpo de instrutores". (O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/06/12)

8- Documentos da Guerrilha do Araguaia foram destruídos

Conforme publicado pelo periódico *Folha de S. Paulo*, a reportagem do jornal entrou em contato com o Serviço de Informação ao Cidadão do Exército, vinculado ao Ministério da Defesa, para ter acesso, sob o respaldo da Lei de Acesso à Informação, a documentos que retratassem as ações ocorridas durante a Guerrilha do Araguaia (1972–1975). Em resposta, o Serviço informou que um decreto de 1977 "permitia a destruição de documentos sigilosos, bem como dos eventuais termos de destruição". Além disso, segundo a resposta recebida pela *Folha*, a destruição dos documentos foi feita de modo que não é possível identificar seus executores. (Folha de S. Paulo – Poder – 14/06/12)

9- Câmara dos Deputados aprova crédito extraordinário para a reconstrução da Estação Antártida Comandante Ferraz

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a Câmara dos Deputados aprovou um crédito extraordinário de R\$ 40 milhões, ao Ministério da Defesa, para a reconstrução da Estação Antártida Comandante Ferraz, destruída por um incêndio em fevereiro deste ano. (Correio Braziliense – Cidade – 15/06/12)

10- Pela primeira vez a esquadrilha de caça de alta performance será liderada por uma mulher

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a primeiro-tenente aviadora Carla Alexandre Borges será a primeira mulher a liderar a esquadrilha de caça de alta performance, do Primeiro Esquadrão do Décimo Sexto Grupo de Aviação, Esquadrão Adelphi, sediado na base Aérea de Santa Cruz, no estado do Rio de Janeiro. (Correio Braziliense – Cidade – 15/06/12)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).